

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2008.

Prezados Colegas Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva,

Os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz realizaram ao longo dos últimos dias discussões sobre a importante questão do Qualis Periódicos e vem através desta expressar, conjuntamente, sua posição sobre a questão. As ponderações visam subsidiar as discussões que acontecerão por ocasião do Fórum de Coordenadores, que se reunirá em breve em Vitória.

1. Este grupo de coordenadores considera que o novo critério de até 20-25% da produção no nível A prejudica a área da saúde coletiva. Do nosso ponto de vista, esse ponto de corte é arbitrário, não se apoia em critérios bibliométricos, e põe em cheque a visibilidade e sustentabilidade de revistas fortes e consolidadas da área, publicadas no país e com crescente presença internacional. Vale frisar que três periódicos nacionais da área já indexados no Medline/Pubmed, ISI/Web of Science e Scopus, a saber - Cadernos de Saúde Pública, Revista de Saúde Pública e Ciência & Saúde Coletiva - são veículos respeitados e valorizados pelos pesquisadores brasileiros e estrangeiros da área pela seriedade com que são conduzidos editorialmente. Se para essas revistas nossos pesquisadores destinam parcela substancial de suas produções, como tal indicador de sucesso editorial pode se tornar um “ônus” para a área?
2. Considera-se que a classificação de RSP e CSP como B1 configura, na prática, um rebaixamento em relação à classificação anterior que esses periódicos apresentavam. Mesmo que, em tese, o nível B1 seja indicado como o nível mais elevado, considerando os dois outros A1 e A2 como “excepcionalidade”, essa lógica produz inevitável incômodo, pois, ao se comparar a classificação das revistas de várias áreas do conhecimento, fica caracterizada a situação de desnível entre as nossas e aquelas de outras áreas que ocupam as posições A1 e A2 com seus títulos nacionais mais tradicionais. Para citar um exemplo, nas Ciências Humanas e Sociais, há várias revistas nacionais classificadas como A1 no novo Qualis. Ao impormos um teto no nível B1 para as revistas nacionais de saúde coletiva, caracteriza-se uma situação de desigualdade em relação a outras áreas que, não raro, apresentam periódicos até menos maduros e consolidados que aqueles da saúde coletiva.
3. O grupo compartilha da preocupação de que há risco inegável, na área da saúde coletiva, de, mantendo-se todas as revistas nacionais da área no nível B, se gerará uma dicotomia entre títulos estrangeiros (no nível “A”) e títulos nacionais (todos “B”). Chama-se ainda atenção para o fato de que a maioria dos periódicos classificados no nível A é majoritariamente constituída por revistas médicas, com pouca presença de títulos que cubram outros domínios da Saúde Coletiva, como ciências humanas e sociais em saúde e planejamento e gestão. Deve-se refletir sobre o possível impacto da adoção desse critério no acirramento de uma divisão interna da área, já que nos níveis A1 e A2 estão muito mais povoados por periódicos de medicina e epidemiologia. Esta constatação se baseia na análise da produção relativa ao triênio 2004-2006, que pode ser considerada um retrato representativo da área da saúde coletiva no período recente.

4. Há concordância no grupo de que o Qualis Periódicos deve ser analisado não somente a partir da ótica da avaliação dos programas de pós-graduação, como também sobre seus impactos sobre a editoração de revistas científicas no Brasil. Em outras palavras, trata-se de um retrocesso termos revistas melhor classificadas no Qualis Periódicos do triênio anterior que naquele que está sendo implementado no presente. O fato dos novos critérios impactarem sobre as revistas (e indiretamente sobre toda a cadeia de produção científica do país) deve ser fortemente levado em consideração.
5. Além das duas revistas já citadas (RSP e CSP), considera-se que são necessárias reflexões mais aprofundadas sobre a classificação de outras importantes revistas nacionais da área. Deve-se mencionar que as duas revistas publicadas pela ABRASCO – Ciência & Saúde Coletiva e Revista Brasileira de Epidemiologia – seguem excelente trajetória, do ponto de vista bibliométrico, e que C&SC foi recentemente indexada pelo Pubmed e ISI/Web of Science, e que ambas são cobertas pelo Scopus. Atenção deve ser dada também a revistas importantes para a saúde coletiva da América Latina, em particular a Revista Panamericana de Salud Publica.
6. Reiteramos por fim todo nosso apoio à Coordenadora (Profa. Rita Barata) e ao Coordenador-adjunto (Prof. Ricardo Ventura Santos) para que conduzam as negociações junto à CAPES visando à implementação de um processo avaliativo eficiente e transparente, sem prejuízo para a avaliação da produção científica da área, e de nossas principais revistas.

Atenciosamente,

Maria Cristina Guilam – Coordenadora de Programa de Pós-Graduação de Saúde Pública/ ENSP

Sergio Koifman – Coordenador de Programa de Pós-Graduação de Saúde Pública e Meio Ambiente/ENSP

Francisco Inácio P Bastos – Coordenadora de Pós-Graduação de Epidemiologia em Saúde Pública/ENSP

Maria Helena Magalhães de Mendonça - Vice-Diretora de Pós-Graduação/ENSP